

Credores tentam evitar moratória

Comitê de bancos quer discutir com o País a retomada dos pagamentos

ASSIS MOREIRA
Especial para o Estado

GENEBRA — A preocupação de evitar que o Brasil oficialize a moratória levou o comitê de bancos credores a planejar uma reunião com as autoridades financeiras do Brasil, entre os dias 25 e 27 de setembro. É que nesse período vai se realizar a assembléia anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), em Washington. O comitê declarou que pretende "examinar formas de ver retomado o pagamento dos juros da dívida externa".

Os credores, porém, não têm muita ilusão e alguns dos 14 bancos do comitê estimam que pelo menos até março, posse do novo presidente da República, a situação será de compasso de es-



Protásio Nêne/AE-19/4/89

Mailson: cortes no acordo

pera. O que eles temem é que Sarney, depois de uma fase de indecisão, num ímpeto de fim de governo, resolva declarar, pela segunda vez, a moratória e deixe um fato consumado para o próximo presidente. O não-pagamento de juros até março de 1990 traz problemas, dizem os bancos, mas pode ser contornado. "Os argentinos não pagam há oito meses, mas Alfonsín não deixou uma moratória para Menem", observou o diretor de um banco de Zurique.

Os bancos acham óbvio que um acordo com o atual governo seria uma perda de tempo. "Com um novo governo", ressalta um banqueiro, "que terá uma base de confiança diferente do atual, com o respaldo popular, poderemos sair do impasse que dura vários anos. A partir de um sinal de uma administração mais eficiente do aparelho estatal, os credores terão outra reação".

PAGAMENTOS

O Brasil paga, desde junho, só os compromissos de curto

prazo, que permitem o funcionamento do comércio exterior. Os representantes brasileiros informaram aos credores que não serão implementados três mecanismos incluídos no acordo de renegociação da dívida assinado em outubro: o relending (reempréstimo de recursos bloqueados no Banco Central), o parallel financing (reempréstimo não limitado ao setor público) e a conversão da dívida. Os bancos reconhecem que os dois primeiros têm o mesmo impacto monetário, desfavorável para o País agora e que a conversão favorece novos investidores, em detrimento dos que já se encontram no País. O parallel financing, pelo acordo assinado pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, deveria ser implementado a partir de setembro.

Os pagamentos realizados pelo Brasil desde junho não são motivo de queixa para os banqueiros consultados em Zurique. Um deles assinala que o importante é o País já conhecer os efeitos da moratória.